



4. Religião no Centro do Poder: católicos no núcleo duro do governo português (1980-2019)

Pedro Miguel Alegria Silveira

Introdução

Em Janeiro de 1998, a Juventude Socialista apresentava, através do deputado Sérgio Sousa Pinto, um projeto de lei que possibilitava o aborto, por vontade da mulher, desde que realizado até às dez semanas. Por uma escassa margem de nove votos, a lei foi aprovada na generalidade, numa longa e intensa sessão parlamentar. No entanto, no dia seguinte, o primeiro-ministro António Guterres e Marcelo Rebelo de Sousa – líder do PSD, o maior partido da oposição – anunciavam um acordo para a convocação de um referendo. Fazendo parte de uma intrincada negociação e de cálculos políticos mais alargados (Freire e Baum, 2003, p. 136-137), esta era também uma maneira de os dois líderes políticos, ambos católicos praticantes, evitarem uma decisão contrária à sua consciência.

Num capítulo da biografia do ex-primeiro-ministro, significativamente intitulado “A vitória dos católicos”, Cunha (2013, p. 417-418) descreve deste modo o posicionamento de Guterres, católico praticante:

Portugal discute o referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG). O primeiro-ministro já dissera tudo sobre o assunto numa oportuna declaração aos microfones da Rádio Renascença. Manifestara-se contra a liberalização proposta pelo seu partido e encarregar-se-ia de bloquear o empenhamento da máquina partidária na campanha. (...) Guterres declara-se pessoalmente contra os objectivos da iniciativa e defende a legislação em vigor. (...). Numa entrevista à rádio da igreja católica, avisa que se tivesse de votar na Assembleia da República a nova lei «não teria dúvidas em votar contra.





Este posicionamento imobilizou o Partido Socialista, partido do governo, constituindo um fator determinante para a elevada abstenção verificada e, de forma mais geral, para os resultados do referendo (Baum e Freire, 2001, p. 19; Manuel e Tollefsen, 2008, p. 120). Na verdade, encontravam-se em oposição “o líder do partido, António Guterres, um católico praticante abertamente contrário à liberalização do aborto, e a ala republicana e laica do partido, defensora da opção liberalizadora” (Baum e Freire, 2001, p. 19).

Este episódio constitui apenas um exemplo da relevância das convicções religiosas dos atores na política portuguesa. Embora Portugal seja um Estado laico, a religião católica continua a ter um papel muito relevante na sociedade portuguesa. A filiação religiosa das elites políticas traduz essa relevância, ao mesmo tempo que influencia os acontecimentos políticos. Mas será Guterres um caso excepcional? Serão os principais governantes portugueses católicos? E qual o grau de envolvimento religioso destes políticos? Através da análise biográfica de todos os membros do núcleo duro dos governos portugueses entre 1980 e 2019, bem como da análise das suas declarações na imprensa sobre o assunto, este capítulo visa responder a estas perguntas. Deste modo, visamos abordar exploratoriamente a relevância da religião católica no centro do poder executivo em Portugal.

Em seguida, fazemos um breve enquadramento da religião católica em Portugal. Na secção seguinte, justificamos a importância do núcleo duro do governo, identificando os governos que o utilizaram. Posteriormente, interpretamos os dados relativos à filiação religiosa dos seus membros bem como o seu grau de religiosidade. Por fim, apresentamos algumas notas finais, em jeito de conclusão.

A religião católica na sociedade portuguesa

Portugal é social, histórica e culturalmente um país católico. Desde a fundação do Reino de Portugal que a Igreja Católica tem um papel relevante na História do país, sendo um elemento estruturador da identidade nacional. O afastamento geográfico das novas ideias da Reforma Protestante e a perseguição a outras religiões, tornaram o catolicismo um “referencial religioso e cultural sem concorrência”, com efeitos duradouros nas representações sociais coletivas (Vilaça, 1999, p. 277).





Assim, ainda hoje, o catolicismo português é caracterizado, segundo Menéndez (2007, p. 779), por “uma elevadíssima confiança na instituição eclesial, uma identidade católica alta, uma prática religiosa não tão alta como a sua identidade (embora superior à média do conjunto dos países comparados) e um alto nível de crença em Deus.” Apesar de Portugal acompanhar a tendência geral de declínio da prática religiosa convencional verificada nas modernas sociedades de tradição cristã, esta continua a ser bastante relevante entre a população, com especial incidência nos idosos e mulheres, nos estratos mais pobres e menos instruídos, nos meios rurais, e no Norte e Centro do país (Cabral, 2001).

Deste modo, a religião católica continua a ter um papel de destaque na sociedade portuguesa, assente numa longa história onde se assume como hegemónica no “mercado religioso” português (Manuel e Glatzer, 2019). Porém, esta preeminência convive hoje com a possibilidade de uma “revolução religiosa em curso”, com o surgimento e afirmação de uma pluralidade de novas manifestações religiosas, associadas ao crescimento dos fluxos migratórios (Teixeira, 2019, pp. 95-96). Ainda assim, em 2011, numa sondagem de opinião do Centro de Estudos de Religiões e Culturas, 79,5% dos inquiridos declarava-se católico.³⁷

Esta realidade social reflete-se necessariamente no perfil das elites políticas. Se tivermos em conta a filiação religiosa dos primeiros-ministros portugueses, verificamos que, entre 1980 e 2019, existe uma maioria de católicos.

Tabela 1 – Filiação religiosa dos primeiros-ministros portugueses (1980-2019)

Primeiro-ministro	Governo	Período	Filiação religiosa
Sá Carneiro	VI	1980-1981	Católico
Balsemão	VII e VIII	1981-1983	Agnóstico
Mário Soares	IX	1983-1985	Agnóstico
Cavaco Silva	X, XI e XII	1985-1995	Católico

³⁷ O relatório encontrava-se disponível online a 2 de Fevereiro de 2020 – data em que o consultámos – em http://www.esb.ucp.pt/sites/default/files/images/inquerito_2011_resumo.pdf.





Guterres	XIII e XIV	1995-2002	Católico
Durão Barroso	XV	2002-2004	Católico
Santana Lopes	XVI	2004-2005	Católico
Sócrates	XVII e XVIII	2005-2011	Agnóstico
Passos Coelho	XIX e XX	2011-2015	Católico
António Costa	XXI	2015-2019	Agnóstico

Esta questão é ainda mais significativa se tivermos em conta a tendência de presidencialização do governo português, ou seja, o reforço da centralidade do primeiro-ministro no executivo (Lobo, 2005b). Ainda assim, o primeiro-ministro opta muitas vezes por partilhar o poder decisório em questões fundamentais com um núcleo restrito de ministros, pelo que se torna útil olhar para o seu papel no governo bem como para a filiação religiosa dos seus membros.

O núcleo duro do governo em Portugal

O governo é um órgão complexo já que, numa democracia, assume um papel representativo e administrativo (Cotta, 2008, p. 40). Ao mesmo tempo que representa a vontade popular, deve dirigir a máquina burocrática que a visa executar. Consequentemente, no seu seio coexistem dinâmicas de especialização funcional (traduzidas na existência de diferentes ministérios) com dinâmicas de interdependência das diferentes áreas (traduzidas em estruturas como o Conselho de ministros). Se, por um lado, o executivo deve garantir a eficácia das políticas, deve também fazê-lo de modo politicamente coerente.

Este duplo papel do executivo implica uma pluralidade de estruturas e atores em constante interação. Se tivermos em conta que (formal ou informalmente) integram o governo primeiro-ministro (ou presidente, em sistemas presidenciais), ministros, secretários de Estado e membros dos gabinetes, é compreensível que sejam necessárias estruturas que fomentem a coesão interna. Na verdade, estes atores podem ter diferentes preferências, objectivos e/ou prioridades, pelo que se torna necessário garantir a coerência da ação governativa.





Com efeito, os governos têm vindo a desenvolver mecanismos de coordenação interna, no sentido de garantir a capacidade do governo estabelecer objectivos gerais, gerir a iniciativa política e a elaboração coerente e oportuna das políticas públicas (Davis, 1997, p. 133–141). Nas palavras de Davis (1997, p. 126), “[e]xecutives develop elaborate central coordination systems because they believe governance will be given substance if structures and rules can bind the activities of the state to the will of its elected leadership.”

Em Portugal, as estruturas de coordenação interna do governo são essencialmente o Conselho de ministros, a reunião de secretários de Estado, o centro do governo e o círculo restrito de ministros. Este último, usualmente conhecido como “núcleo duro do governo”, é particularmente importante porque, apesar de ser uma estrutura informal, visa coordenar a iniciativa política do governo. Ou seja, na prática, as decisões estratégicas mais relevantes do governo são discutidas e decididas neste fórum restrito. Cabe-lhe, assim, decidir questões tão fundamentais como a oportunidade das medidas, a definição prioritária das políticas, a reação a crises e o discurso do governo. Ainda que nem todas as decisões importantes do governo sejam tomadas neste fórum, ele significa um reconhecimento da preeminência de alguns ministros na condução estratégica do governo. No fundo, funciona como um governo dentro do governo. Se pensarmos no governo como um conjunto de círculos concêntricos, cada vez mais restritos em função da importância dos seus membros (Cotta, 2008, p. 43), o núcleo duro é o círculo mais próximo do primeiro-ministro, epicentro por natureza do órgão executivo.

O núcleo duro do governo português reúne semanalmente (usualmente no início da semana, para ocorrer antes do conselho de ministros) na residência oficial do primeiro-ministro. É composto pelos ministros e secretários de Estado com maior relevância, seja por ocuparem as pastas mais relevantes (como a das Finanças) seja por deterem um maior peso partidário (Lobo, 2005a, pp. 233–238).

Sendo informal, nem todos os governos contaram com esta estrutura. A sua existência variou nomeadamente em função do partido, do estilo de liderança do primeiro-ministro e de existir uma coligação. Ainda assim, como fica patente na Tabela 2, a maioria dos governos portugueses tem recorrido a este importante mecanismo institucional de coordenação.





Tabela 2 – Número de membros do núcleo duro do governo português

Governo	Período	Partido	Núcleo duro
I	1976-1978	PS	-
II	1978	PS+CDS	-
III	1978	-	-
IV	1978-1979	-	-
V	1979-1980	-	-
VI	1980-1981	PSD+CDS+PPM	5
VII	1981	PSD+CDS+PPM	-
VIII	1981-1983	PSD+CDS+PPM	-
IX	1983-1985	PS+PSD	6
X	1985-1987	PSD	6
XI	1987-1991	PSD	7
XII	1991-1995	PSD	5
XIII	1995-1999	PS	11
XIV	1999-2002	PS	13
XV	2002-2004	PSD+CDS	8
XVI	2004-2005	PSD+CDS	-
XVII	2005-2009	PS	8
XVIII	2009-2011	PS	8
XIX	2011-2015	PSD+CDS	-
XX	2015	PSD+CDS	-
XXI	2015-2019	PS	10

Fontes: Lobo (2005a, p. 236); análise da imprensa.

Os governos que não recorreram a um círculo restrito de ministros podem ter contado com reuniões ocasionais, de composição mais ou menos variável, com objectivos de coordenação interna, mas não institucionalizaram estas reuniões como um mecanismo permanente e decisivo de definição da iniciativa política do governo.

Se considerarmos todos os membros do núcleo duro dos governos portugueses, verificamos que integraram este círculo restrito do poder 54 indivíduos, tendo alguns pertencido em vários governos, como Durão Barroso (X, XI, XII e XV Governos) ou José Sócrates (XIII, XIV, XVII e XVIII Governos). Na verdade, tal como fica patente na Tabela 2, o número de nomeações ascende





a 87 entre 1980 e 2019. O grande número de reincidências é, em si mesmo, reflexo do peso político dos seus membros.

Católicos no centro do poder

Se o núcleo duro do governo tem uma importância fundamental na estratégia governativa, criando uma hierarquia – informal mas efetiva – dentro do executivo, torna-se relevante conhecer quem o compõe. Ao integrar esta estrutura, o ministro ou secretário de Estado passa a deter uma capacidade de influenciar as políticas públicas num nível muito superior ao de outros membros do governo. Assim, as suas características e experiências são elementos importantes para a compreensão dos processos governativos, tipicamente ocorridos longe dos olhos da opinião pública.

Tendo em consideração a importância que as questões religiosas têm vindo a assumir na esfera política (Haynes, 2015), uma dessas características é precisamente a crença religiosa. Com efeito, se ministros com filiação religiosa ocupam estas proeminentes posições, as suas atitudes e comportamentos não podem deixar de refletir essa filiação, pelo que, nesses casos, a religião ocupará – ainda que de modo indireto e nem sempre coerente – um lugar privilegiado no centro de decisão política.

Quando temos em conta a filiação religiosa dos 54 indivíduos que compuseram o núcleo duro em Portugal, o primeiro dado relevante é a inexistência de outras religiões para além da Católica. Esta questão deve ser entendida à luz da importância histórica e social da religião católica neste país. Assim, a grande divisão diz respeito aos governantes que são católicos e aqueles que se declaram agnósticos ou ateus. Os católicos representam cerca de 43% e os agnósticos ou ateus 44%. Não há, portanto, uma clara maioria de uns ou outros, mas antes um equilíbrio entre estas duas perspetivas religiosas.



Tabela 3 – Filiação religiosa dos membros dos núcleos duros do governo português (1980-2019)

Religião	N	%
Católicos	23	43
Não-praticantes	5	-
Praticantes	18	-
Agnósticos ou ateus	24	44
Sem informação	7	13
<i>Total</i>	<i>54</i>	<i>100</i>

Se tivermos em conta o contexto histórico-social português, é porventura surpreendente verificar o número significativo de membros do núcleo duro que se declara expressamente agnóstico ou ateu (ao invés de católico não-praticante, por exemplo). Por exemplo, Vasco Pulido Valente (membro do núcleo duro do VI Governo) é perentório numa entrevista ao Diário de Notícias³⁸:

“JCS: Acredita em Deus?

VPV: Não.

JSC: Não...

VPV: Não sou ateu militante, sou ateu, sempre fui.”

Na verdade, na descrição da longa entrevista, o jornalista do Diário de Notícias referiria: “Só há uma resposta curta, quando se questiona se acredita em Deus: “Não.” Nem mais uma palavra sobre o assunto, preferindo acender um cigarro que tira de um dos três maços espalhados sobre a mesa ao lado.”

Entre os católicos, podemos distinguir diferentes graus de intensidade da prática religiosa (Cabral, 2001). Dos 23 governantes católicos, 5 assumem-se não-praticantes enquanto 18 seguem os preceitos definidos pela Igreja

³⁸ A entrevista encontrava-se disponível online a 25 de Janeiro de 2020 – data em que a consultámos – em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/01-jul-2018/vasco-pulido-valente-se-ronaldo-fosse-um-cirurgiao-gostava-de-ser-operado-por-ele-9532821.html>.

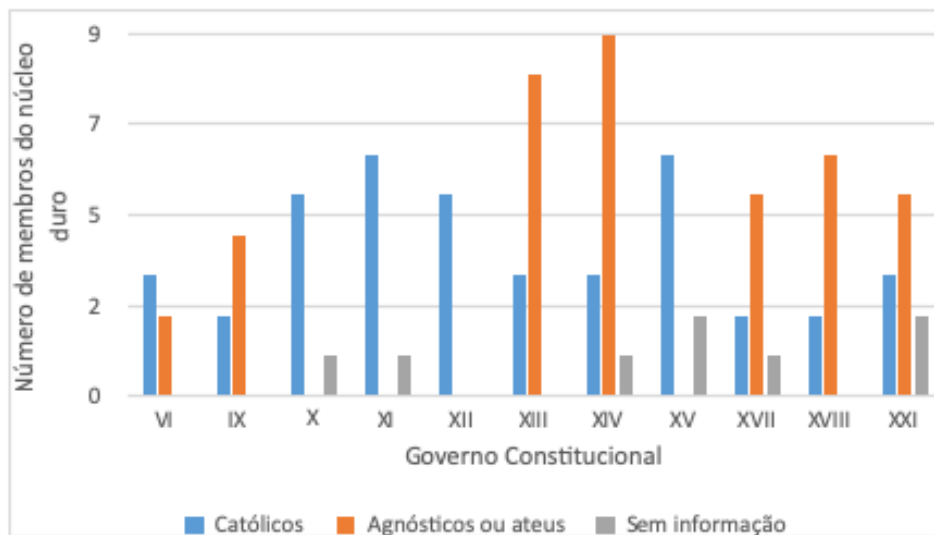




Católica, nomeadamente a ida dominical à missa. Este é um número bastante expressivo, já que estes católicos representam cerca de um terço do número total de ministros e secretários de Estado membros do círculo restrito do governo.

O Gráfico 1 permite complementar estes dados, já que introduz informação governo a governo. Como é perceptível, todos os núcleos duros dos governos portugueses integraram católicos. Na verdade, nunca existiram menos de dois governantes católicos nestas estruturas, chegando a ser seis no XI e no XV Governo. Estes dados relevam que, ao invés de se concentrarem todos em alguns governos, em função do partido ou do primeiro-ministro, em Portugal, os católicos estiveram sempre presentes no centro mais restrito do poder executivo.

Gráfico 1 – Filiação religiosa dos membros dos núcleos duros do governo português



Ainda assim, não existe uma tendência clara de aumento ou diminuição da presença de católicos e de agnósticos ou ateus. Apesar de existirem católicos em todos os núcleos duro do governo português e agnósticos ou ateus na maior parte, o seu número tem oscilado ao longo da democracia portuguesa.

Não deixa de ser inesperado que os governos de António Guterres (XIII e XIV Governos), um primeiro-ministro assumidamente católico praticante, sejam aqueles onde tenham existido um maior número de





agnósticos ou ateus, não estando os católicos em tão grande número como noutros. Já nos núcleos duros dos sociais-democratas Cavaco Silva (X, XI e XII Governos) e Durão Barroso (XV Governo), não só o número de católicos foi muito elevado como não existiram agnósticos ou ateus. Assim, a composição partidária do governo parece ser relevante para interpretar estas variações. Na medida em que o Partido Socialista se situa mais à esquerda e as suas elites políticas estão tradicionalmente menos ligadas à Igreja (Lisi, 2011, pp. 40-46), os primeiros-ministros em funções, sejam católicos (como Guterres) ou agnósticos (como Soares, Sócrates ou Costa) têm de ter essa questão em conta. No caso de Guterres, Cunha (2013, p. 387) refere, na biografia do ex-primeiro-ministro: “António Guterres formou um governo assente no apoio político essencial de António Vitorino e Jorge Coelho e na competência técnica de vários independentes. É uma aliança entre socialistas e independentes, entre católicos e maçons”. É, efetivamente, no núcleo duro dos governos de Guterres que existem mais maçons (três no XIII Governo e quatro no XIV Governo), embora sejam também estes os governos com mais indivíduos a participar nessas reuniões, em virtude do grande número de remodelações. No total, existem nove indivíduos pertencentes a obediências maçónicas neste período, pertencendo todos a governos do Partido Socialista.³⁹

Por fim, cabe olhar para o grau de religiosidade dos católicos em cada governo. Se a Tabela 2 nos permitiu perceber essa distribuição no total de indivíduos, a Tabela 4 apresenta-a por governo.

Tabela 4 – Grau de religiosidade dos membros católicos dos núcleos duros do governo português (1980-2019)

Governo	Não-praticantes	Praticantes	Sem informação
VI	0	3	0
IX	0	2	0

³⁹ É natural que este número esteja subdimensionado, face ao cariz discreto da filiação maçónica. Considerámos apenas casos públicos, em que os próprios indivíduos assumiram ou nunca negaram essa pertença. A distribuição por governo analisado é a seguinte: dois no IX Governo; três no XIII Governo; quatro no XIV Governo; um no XVII Governo e um no XVIII Governo.





X	2	3	1
XI	2	4	1
XII	2	3	0
XIII	1	2	0
XIV	1	2	1
XV	1	5	2
XVII	0	2	1
XVIII	0	2	0
XXI	2	1	2

Estes dados revelam que todos os núcleos duros contaram com católicos praticantes, estando estes inclusivamente em maior número face aos não-praticantes. Se no Gráfico 1 ficara claro que todos os núcleos duros governativos tinham católicos, estes dados permitem concluir que não existiu nenhum que apenas tivesse contado com governantes católicos não-praticantes. Assim, não só o círculo restrito do poder executivo em Portugal contou sempre com católicos, como estes eram maioritariamente praticantes. Mais difícil será extrapolar desta presença no centro do poder consequências em termos de atitudes e políticas públicas concretas ou da influência da Igreja Católica.⁴⁰ Apesar de essa extrapolação merecer uma análise muito mais aprofundada, que extravasa os objectivos deste contributo, é legítimo ter expetativas que estes atores transportem consigo a mochila das suas crenças religiosas para o governo (Witteloostuijn and De Jong (2008, p. 504). Afinal, nas palavras de Parry (2005, p. 86):

It is a widespread assumption of political sociology that the social background and upbringing of a decision-maker will influence his attitudes and policies. (...) Behind such assumptions and practices is the belief that no political participant ever approaches a decision without bias. This bias may not be sinister or even conscious. (...) The study of elite background on the whole tells more about the society in which the elite exists than the policies or politics which the elite pursue.

⁴⁰ Por exemplo, Guterres sempre fizera questão de suportar essa distinção: “Nunca houve nenhuma confusão entre o homem religioso e o homem político”; “[ser católico praticante] não é um facto político” (Cunha, 2013, p. 32).





Embora não devamos exagerar o impacto das características pessoais dos atores políticos, já que o contexto é um condicionante importante dos comportamentos políticos individuais, conhecer quem são os atores é um passo fundamental para a compreensão dos fenómenos políticos e sociais (Czudnowski, 1982, pp. 4-6). Ademais, numa democracia, esse conhecimento permite uma maior transparência da esfera política, facilitando a responsabilização. Por fim, na medida em que o governo assume também funções representativas (e não apenas administrativas), permite-nos aferir em que medida os atores governativos são mais ou menos representativos da estrutura social (Putnam, 1976, pp. 21-26).

Considerações Finais

A grande maioria da população portuguesa considera-se católica. Se é verdade que este número tem vindo a descer e que as práticas se têm vindo a modificar significativamente, esta religião continua a assumir um papel de destaque em Portugal. Assim, seria expectável que esta hegemonia religiosa se refletisse na caracterização da elite governativa portuguesa. Este capítulo abordou exploratoriamente esta expectativa através da identificação da filiação religiosa dos membros do núcleo duro governativo em Portugal, entre 1980 e 2019. Esta estrutura informal detém uma importância central nos governos que a utilizam, permitindo identificar um núcleo de ministros e secretários de Estado que auxiliam o primeiro-ministro nas principais decisões. Assim, olhar para a filiação religiosa destes indivíduos permitiu-nos caracterizar religiosamente os membros mais influentes do executivo.

Os dados revelam que cerca de 43% dos membros do núcleo duro dos governos portugueses são católicos e cerca de 44% agnósticos ou ateus. Os agnósticos e ateus têm lugar principalmente em governos do Partido Socialista, embora, ao contrário dos católicos, não estejam presentes em todos os núcleos duros. Na verdade, não só existiram sempre católicos nesta estrutura, como entre eles estiveram sempre católicos praticantes. A não ser que entendamos que essa filiação é irrelevante, não tendo qualquer consequência na conduta dos atores, ela é reveladora da importância e presença da religião, e da religião católica em particular, no centro do poder executivo. Ainda que, naturalmente, os atores possuam múltiplas filiações e não atuem como representantes católicos ou da Igreja no governo, também não poderão ignorar aquilo em que acreditam quando tomam decisões políticas.





Referências:

- CABRAL, Manuel Villaverde. “Prática religiosa e atitudes sociais dos portugueses numa perspectiva comparada”. In: PAIS, José Machado et al. (orgs.). *Religião e Bioética*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- COTTA, Maurizio (2008). *Democracia, Partidos e Elites*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- CUNHA, Adelino. *António Guterres: Os segredos do poder*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2016.
- CZUDNOWSKI, Moshe. “Introduction: a statement of issues” (p. 3-12). In: CZUDNOWSKI, Moshe (org.). *Does who governs matter? Elite circulation in contemporary societies*. DeKalb, Illinois: Northern Illinois University Press, 1982.
- DAVIS, Glyn (1997). “Executive coordination mechanisms”. In: WELLER, Patrick et al. (orgs.). *The Hollow Crown: countervailing trends in core executives*. New York: St. Martin’s Press, 1997.
- FREIRE, André; BAUM Michael. *Partidos políticos, movimentos de cidadãos e referendos em Portugal: os casos do aborto e da regionalização*. In: *Análise Social*: 158-159, 9-42, 2001.
- HAYNES, Jeff. (2015). *Religion in global politics: Explaining deprivatization*. In: *Jurnal Ilmiah Peuradeun*: 3(2), 199-216, 2015.
- LISI, Marco. *Os partidos políticos em Portugal: continuidade e transformação*. Lisboa: Almedina, 2011.
- LOBO, Marina Costa. “The presidentialization of the Portuguese democracy?” In: POGUNTKE, Thomas; WEBB, Paul (orgs.). *The Presidentialization of Politics: a comparative study of modern democracies*. In: Oxford: Oxford University Press, 2005b.
- LOBO, Marina Costa. *Governar em Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005a.
- MANUEL, Paul; GLATZER, Miguel. “The State, Religious Institutions, and Welfare Delivery: The Case of Portugal”. In: MANUEL, Paul; GLATZER, Miguel (orgs.). *Faith-Based Organizations and Social Welfare*. Palgrave Macmillan, Cham, 2019.



- MANUEL, Paul; TOLLEFSEN, Maurya. *Roman Catholicism, Secularization and the Recovery of Traditional Communal Values: The 1998 and 2007 Referenda on Abortion in Portugal*. In: *South European Society & Politics*: 13(1), 117-129, 2008.
- MENÉNDEZ, Millan. *Religiosidade e valores em Portugal: comparação com a Espanha e a Europa católica*. In: *Análise Social*: 184, 757-787, 2007.
- PARRY, Geraint. *Political elites*. Colchester: ECPR Press, 2005.
- PUTNAM, Robert. *The comparative study of political elites*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1976.
- TEIXEIRA, Alfredo. *Religião na Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019.
- VAN WITTELOOSTUIJN, Arjen; DE JONG, Gjalte. *Changing national rules: Theory and evidence from the netherlands (1960–2004)*. In: *Public Administration*: 86(2), 499-522, 2008.
- VILAÇA, Helena. *Alguns traços acerca da realidade numérica das minorias religiosas em Portugal*. In: *Lusotopie*: vol. Des christianismes diversifiés en lusophonies modernes, 277–289, 1999.